

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PERSPECTIVA. UMA ANÁLISE DO ENSINO MÉDIO, NO CONTEXTO DO CAMPO, NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, RONDÔNIA

Rosenilda Aparecida Pulcinelli de Souza*

Resumo: Nas últimas décadas, a sociedade civil organizada - Movimentos Sociais - vêm desempenhando um papel fundamental na conquista por políticas educacionais específicas para os povos do campo. Considerando assim, a constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Diretrizes Operacionais para o Campo, este estudo é fruto da análise dessas políticas implantadas e sua aplicabilidade *in loco*, permitindo apontar a sua real efetividade quanto ao acesso e permanência do educando nas escolas de ensino Médio do Campo do Município de Ariquemes – Rondônia. Nesse sentido, faz-se necessário também discutir sobre o projeto de educação ofertado, atualmente, aos jovens do campo, que não atende as suas particularidades sociais, persistindo na prática de uma pedagogia bancária e livresca. Destacando ainda o quadro evolutivo da educação ofertada desde o processo de colonização vinculada a uma política fundiária capitalista, elitista e discriminatória, construída ao longo dos séculos. Nesse sentido os resultados da análise, embora não neguem o direito às etapas finais da educação básica ao jovem do campo, no município de Ariquemes – RO, também não contribuem para uma política que respeite e valorize seus saberes, auxiliando a sua emancipação, a sua auto-estima, construindo uma prática pedagógica humanizada.

Palavras-chave: Educação do Campo. Humanização. Políticas Públicas.

Introdução

Durante o processo de investigação desta pesquisa relativo à trajetória das políticas educacionais voltado para os povos do campo, admitiu-se abrir um leque de questões inerentes ao papel do Estado e a sua real responsabilidade quanto ao projeto de educação oferecido ao camponês, sujeito que batalha desde a colonização do Brasil para ser: reconhecido e respeitado. Considerando nesse aspecto o direito à educação no campo, mesmo assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que avançou em políticas mais efetivas como a

* Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Ariquemes/RO. E-mail: rosenilda.pulcinelli@ifro.edu.br

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - reconhecendo as particularidades do meio rural e principalmente considerando outro marco legal mais importante: Diretrizes Operacionais de Educação Básica para os povos do campo, ainda constitui uma grande fenda. Portanto, a relevância do tema permite incluir discussões para uma prática educativa com enfoque mais humanístico para reparar as lacunas que ainda persistem após 500 anos de colonização.

Nesse sentido, a temática desta pesquisa tem como objetivo principal investigar a eficácia das políticas públicas quanto à qualidade de ensino da Educação de Ensino Médio do Campo no município de Ariquemes – Rondônia, no período de 2009 e 2010, com enfoque geral em todas as oito unidades escolares do campo, levando em consideração a intensa evasão e migração de alunos da área rural para área urbana, para que haja possibilidades de alternativas educacionais e sociais efetivas de inclusão social e permanência no campo e nos estudos. A pesquisa centra-se sobre qual modelo de educação é ofertado aos povos do campo, e se atende às necessidades dos atores principais neste contexto.

1 O contexto da educação do campo para o campo

1.1 O cenário atual: Políticas Educacionais para o Campo

Discutir a qualidade do ensino no campo requer considerar o abismo que ainda existe meio a tantos avanços e conquistas como as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo. Nesse sentido requer mencionar sobre os aspectos legais que fortalecem a base legal para os povos do campo, como a Constituição Federal Brasileira de 1988, que salienta a educação como direito de todos, e dever do estado e da família, ficando assim o direito pleno da cidadania, garantido constitucionalmente, mas não citando diretamente ainda sobre a educação no meio rural. Mesmo esse avanço ser legalmente constituído (direito a educação e “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”¹), as escolas do campo ainda continuam precárias (estruturalmente e humanamente). Outra conquista assegurada se respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criada em 20 de novembro de 1996, que veio segundo Bof (2006, p.74) reconhecer “a concepção do mundo rural” proporcionando aos movimentos populares uma política voltada para o campo, sobretudo na compreensão do currículo e valorização da práxis rural. No artigo n. 28 explicita a preocupação com a educação no mundo rural:

¹ BRASIL, Constituição Brasileira de 1988, artigo n. 206.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural.²

Mesmo que a LDB/96 tente ofertar a educação básica aos povos do campo, oferecendo subsídio legal jurídico, pouco da legislação vem sendo colocado em prática. Segundo FILHO (2006), nesse período de adequação da própria LDB à realidade dos sujeitos do Campo, acontece a partir de 1997, mobilizações de movimentos sociais e ações civis do campo, organizando seminários ocupando espaços públicos de debates sobre a educação do campo, como exemplo cita-se o I encontro de Educadores (as) da Reforma Agrária – I ENERA, organizado pelo movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra- MST com o apoio da Universidade de Brasília – UnB e do Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF.

Segundo Caldart (2008, p.8):

A educação do Campo nasceu como crítica à realidade educacional da população que vive do trabalho do campo e tomando posição no confronto de projetos de educação: contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada “educação rural”), a afirmação da educação como formação humana, omnilateral e de perspectiva emancipatória, vinculada a projetos históricos, de longo prazo.

Brota assim o paradigma da Educação do Campo, que segundo MIRANDA (2010), passa a compreender a educação como formação humana, como direito e conceber o campo como espaço de produção da vida, da cultura e resistência. Assim outros eventos importantes começam a surgir como em 03/04/2002, criando as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, e em 2003 um grupo de trabalho permanente de Educação do Campo. Em seguida em 2004, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que passa a cuidar da Educação do Campo.

Enfim, em novembro de 2010, é assinado o decreto n. 7352, dando legitimidade jurídica à política de Educação do Campo, nesse momento a identidade dos povos do campo é fortalecida e a política da educação do campo é materializada ainda mais, reconhecendo as múltiplas identidades dos povos do campo, na qual expressam fontes de significados e

² BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9394/96.

experiências de um povo, construídas ao longo da história da colonização brasileira. Assim a escola do campo nessa conjuntura, passa a ser debatida sobre a ótica de um projeto educativo voltado não somente para aprender a ler e a escrever, mas que valorize o princípio ético da alteridade.

1.2 A qualidade do ensino no campo em debate

Os índices de escolarização da zona rural e urbana e o próprio êxodo rural denunciam a omissão e a precariedade do ensino rural e sua função enquanto agente humanizador aos próprios sujeitos do campo. As múltiplas barreiras que impedem a população do campo em ter uma educação de qualidade, fortalecem o quadro de exclusão social ligada às matrizes latifundiárias. Modelos pedagógicos vinculados a realidade urbana, e a falta de infraestrutura, livros didáticos, currículos e calendários escolares que não consideram a realidade do campo são aspectos relevantes, assim como a formação de professores que não conhecem ou atende/valoriza a realidade/saberes de quem vive no campo.

Essa dicotomia da escola urbana e rural é salientada segundo o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde 98 % das escolas do Campo não possuem laboratório de Ciências, 92% sem acesso a internet, 75% sem biblioteca (às vezes chamam de biblioteca, uma caixa com livros velhos que sobraram de outra escola), 23% sem energia, somente quadro, mesas e carteiras enfileiradas, (normalmente o que sobrou das escolas da cidade), refletindo substancialmente a qualidade da oferta do serviço e até o acesso à educação de qualidade. Mesmo a tantos avanços e conquistas, a educação para os povos do Campo ainda é subjetiva, com entraves urbanos e principalmente políticos.

2 O espaço de investigação: ensino médio do campo Ariquemes-RO

Cada vez mais, a política de atenção à educação do campo enfrenta desafios permanentes, desafios estes pertinentes ao histórico social de negligência frente a quem vivem no campo. As grandes transformações ocorridas ao longo do século XVIII, XIX e principalmente XX, favoreceram o deslocamento de migrantes para a região norte do país, com o intuito de fixação do homem no campo. Nesse período ocorreram grandes desmatamentos, possibilitando o surgimento de muitas cidades no meio amazônico, especialmente no estado de Rondônia. Em consequência, muitas espécies vegetais nativas

foram sobre-exploradas, utilizadas como madeira nobre, permitindo que o estado se tornasse cobijado pela indústria madeireira e pecuarista. Baseado neste contexto amazônico situa-se a área delimitada desse estudo: o município de Ariquemes, que antes era cercada de florestas, que foram destruídas em nome de uma idéia de progresso predatório e insensível com as populações locais (indígenas, seringueiros, ribeirinhos). Hoje, Ariquemes é considerada como uma cidade de médio porte e com uma área rural com alta concentração de terras nas mãos de fazendeiros locais. Os dados do CENSO/2010 revelaram um contingente populacional de 90.353 habitantes, na qual a população urbana é estimada em torno de 76.525 habitantes, enquanto a população rural 13.828 habitantes. A agricultura, muito diversificada, com suas lavouras permanentes e temporárias, produz: abacate, banana, borracha, cacau, café, urucum, melancia, cupuaçu, mandioca, milho, arroz e feijão etc. Outra fonte de renda que mais vem crescendo como referência no estado é a pecuária e piscicultura, tomando o lugar da agricultura familiar, que mesmo assim, continua resistindo às políticas agrárias latifundiárias. Há a concentração de terras na mão de poucos, o que provoca a saída de muitas famílias do campo rumo à cidade.

Com relação à educação, o município conta com um sistema educacional de ensino diversificado, tanto do setor público como privado, entre eles se destaca sobre responsabilidade do município: 18 escolas urbanas e na área rural de Ariquemes, existem 07 (sete) escolas pólos, sendo 01 (uma) no Distrito de Bom Futuro, região esta em que apresenta alta exploração do minério cassiterita. As principais escolas rurais oferecem ensino do 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio encontram-se descritas abaixo:

Tabela 1- Localização das Escolas Pólos da Área Rural

Escola	Localização
Arco-íris	BR 364 - KM 23 – Assentamento Migrantes
José de Anchieta	BR 364 – KM 23
Mafalda Rodrigues	BR 364 – KM 460
Vinicius de Moraes	BR 421 – LC65 – TB 40
Henrique Dias	BR 364 – LC70 – TB 65
Paulina Maffini	Joelândia – BR 421 – TB 40
Pe. Ângelo Spadari	Distrito de Bom Futuro
Ulisses Guimarães	Br 421 Lc 52 Bom Jardim Massangana

Fonte: SEMED - Censo Educacional (2008).³

³ Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o levantamento realizado pela prefeitura municipal de Ariquemes em parceria com a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) – 2009, foram realizados seminários nas comunidades rurais e assentamentos, procurando fazer uma leitura da comunidade com relação à situação atual, na qual foram apresentadas questões pertinentes na Área Rural do Município de Ariquemes, apresentado também no relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade - RMPS junto aos representantes das comunidades rurais. Entra as múltiplas questões citam-se (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. *Plano de Saneamento Básico; Diagnóstico da Área Rural*. 2009. p. 17.): Presença de escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas ausência de escolas e creches que atendam portadores de necessidades especiais; Escolas com carência ou ausência de bibliotecas e salas de Informática, bem como laboratórios de Ciências; Em algumas Escolas a quantidade de profissionais na área da educação é insuficiente. Precisa-se investir em capacitações/cursos para estes profissionais; Presença de crianças e adolescentes que estão em Idade Escolar e não está frequentando a escola, assim como estradas com péssimas condições para o transporte escolar.

Nesse sentido, as escolas do campo no município desenvolveram-se paralelamente com implantação de políticas agrárias na década de 1970 para o estado de Rondônia (projetos de colonização da reforma agrária). Recebendo assim, famílias oriundas dos diversos estados. A única política educacional implantada na década de 70 eram as escolas multisseriadas, com condições precárias (físicas e humanas- formação docente inadequada). Para HAGE (2011, p. 99), estas escolas,

[...] não estimulam os professores e os estudantes a permanecerem ou sentirem orgulho de estudar em sua própria comunidade, fortalecendo ainda mais o estigma da escolarização empobrecida e abandonada que tem sido ofertada no meio rural e forçando as populações do campo a se deslocarem para estudar na cidade, como solução para essa problemática.

Os alunos apresentavam defasagem no processo ensino-aprendizagem. Hoje existem ainda no campo, (oito) salas multisseriadas, que são consideradas extensões das escolas do campo do município. Com o crescimento no campo, o município passou a ofertar o ensino fundamental completo denominado PROENCO (programa de ensino fundamental no Campo), com aulas somente no período diurno, não atendendo a demanda solicitada, que trabalhava durante o dia. Assim surgiram aulas com alternância, onde o alunado frequentava aulas em períodos de entressafra para não ser prejudicado. Mesmo assim, o índice de desistência continuava o que resultou em 2003 na extinção do PROENCRO e do regime de alternância,

ofertando somente o regime regular de ensino fundamental, porém o ensino médio era prioridade somente da área urbana.

Em 2003, meio as pressões das comunidades rurais, o governo do estado resolve segundo a portaria de n. 105/03- GAB/SEDUC, considerando o dispositivo da resolução n.º 086/2002-CEE-RO, no artigo 1º, ofertar nas dependências das escolas municipais do campo, o ensino Médio do Campo- PROEMCRO (Projeto de Ensino Médio no Campo). A matriz curricular apresentava disciplinas diversificadas ligadas as bases agrícolas, que “subsidiava o currículo para a aquisição de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de habilidades específicas da clientela”.⁴ Essa matriz, ora construída sem a participação das comunidades do campo, feria o princípio norteador da gestão democrática, não respeitando as aptidões que são específicas para cada clientela (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc).

Em 2009, o referido projeto chega ao fim, nesse período é inserido o ensino médio regular no Campo, com aceitação positiva das comunidades rurais, que passaram a acreditar em uma qualidade de ensino melhor para seus filhos. O estado passa a garantir para essas escolas pólos, o ensino médio, mas usando as próprias instalações das escolas pólos, com a contrapartida pedagógica como professores e orientador educacional. Todas as (oito) escolas pólos rurais além de ofertarem o ensino fundamental sob responsabilidade municipal, proporcionam ensino médio no campo, sob responsabilidade de uma única gestão (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ricardo Cantanhede - Escola Urbana).

A Escola Ricardo Cantanhede, em seu projeto político pedagógico, tem como missão oferecer: *Educação Pública de Qualidade*. Atende somente “a 2ª fase do ensino fundamental de 6º ao 9º ano e o Ensino Médio, com extensão ao Ensino Médio do Campo amparado pela portaria 1326/07/GAB/SEDUC de 22 de outubro DCE 2007”.⁵ A matriz curricular contempla uma carga horária de 2520 horas, regime presencial, com cinco dias da semana de duração de 4 horas por dia, de no mínimo 200 dias letivos. No 1º e 2º ano, será oferecido como componente curricular diversificado: NBAZ (noções básicas de agricultura e zootecnia). No 3º ano, o componente NBAZ será oferecido de forma contextualizada em projetos nos seguintes componentes curriculares: Geografia e Biologia, e Sociologia e Filosofia serão incluídos respectivamente no 2º e 3º ano. O desenvolvimento do currículo também dar-se-á na perspectiva da interdisciplinaridade e contextualização. A escola possui um único Projeto

⁴ SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES- SEDUC. Portaria de n. 105/03- GAB/SEDUC. Art. 2 parágrafos§ 2 p.1

⁵ Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ricardo Cantanhede: Projeto Político Pedagógico (PPP), 2010, p. 8.

Político Pedagógico (PPP), que contempla respectivamente os alunos da zona urbana e rural. A escola, enquanto instituição, deve se preocupar com a formação dos sujeitos do campo, garantido um projeto político pedagógico específico para cada comunidade escolar, visto que cada escola pólo apresenta sua própria identidade.

O currículo do Ensino Médio do Campo também evidencia entraves na sua prática, mesmo construído com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Segundo o PPP (2010, p. 27) na prática, 50% (cinquenta por cento) dos docentes trabalham ainda com a pedagogia tradicional, pois parte dos docentes apresentam dificuldades em desenvolver metodologias que trabalhem conteúdos significativos e de maneira contextualizada. Além de problemas relacionados ao processo ensino-aprendizagem, projeto político pedagógico único tanto para o campo como para a cidade, currículo que contempla apenas uma única disciplina que teoricamente oferece subsídios necessários para o desenvolvimento de habilidades específicas da clientela, outros fatores são importantes de serem considerados: a maioria dos professores que lecionam é da cidade, e fazem rotatividade em todas as escolas pólos para atenderem os alunos. Dessa maneira, o próprio vínculo profissional/ Escola do Campo é enfraquecido. Arroyo (2006, p. 114) enfatiza que esse profissional urbano, “não é um corpo nem do campo, nem para o campo, nem constituído por profissionais do campo. É um corpo que está de passagem no campo e quando pode ser liberado sai das escolas do campo”. Constrói-se assim, sempre um sistema educacional com raízes urbanas.

O serviço de orientação educacional e supervisão escolar para o Ensino Médio do Campo é composto por apenas 1 (um) orientador e supervisor para atender todas as escolas pólos. Sampaio (2007) considera, portanto, a escola espelho da sociedade e condena a forma como o ensino é fragmentado e racionalizado, fora da vivência do aluno, da falta de aprendizagem significativa. Arroyo (2011, p.59) questiona em *Ofício de Mestre*: “as estruturas escolares humanizam ou desumanizam?” Falta o estado e a escola reconhecerem que a desumanização sempre caminhou e ainda caminha com os sujeitos do campo, se apropriando do conhecimento e da cultura.

O que se pode concluir é que as políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito nacional para o Campo, são frutos de uma articulação forte, promovida pelos povos do Campo. Sem essa articulação que tem na sua essência a luta por uma formação humanística, com certeza, a educação, a saúde e a política da reforma agrária seriam ainda *mais desumanas*. Mesmo que as políticas de acesso e permanência do educando no campo tenham avançado, muitos estados possuem políticas educacionais igualitárias tanto para a cidade como para o

Campo. Nesse sentido, é importante e necessário considerar a vinculação da Educação do Campo com o mundo dos sujeitos do campo e de suas famílias, ou seja, seu trabalho e sua cultura não podem ser rebaixados para uma visão de educação que se reduza apenas a escolarização. É necessário refletir, qual Educação o Campo necessita e almeja; qual a educação o Campo precisa de fato.

3 Resultados

De acordo com o que foi analisado, as escolas do Ensino Médio do Campo do Município de Ariquemes-RO, apresentam a principal característica de uma escola urbanocêntrica, visto que segue modelo de uma escola urbana. O projeto político pedagógico (PPP) é unicamente o mesmo da escola que às gerencia. A falta de infraestrutura no transporte escolar e estradas precárias fortalecem o descaso ao ensino no campo.

Assim, também a ausência de uma gestão democrática, incorporada a anuência de uma matriz curricular que não atende cada escola de acordo com sua identidade, permite contribuir para uma prática educativa não humanizada, já que não ouve, que não acolhe seus partícipes. É uma concepção de educação implantada de cima para baixo, burocrática, desvinculada da realidade do aluno, do seu valor enquanto sujeito da sua própria realidade, omissa e condenada pela própria história do ser humano no campo.

Conclusão

Enveredar pela história da Educação do Campo ainda é muito paradoxal, pois sua trajetória sempre foi permeada por disputas de poder e principalmente submissão. Dessa forma, este assunto abre espaço para refletir sobre o real papel social da educação oferecida aos sujeitos que vivem no campo, abrindo caminhos para discussão de uma pedagogia sócioeducativa que contemple a formação humana de maneira integral. A partir da revisão bibliográfica e documental, bem como a experiência por dois anos como professora da Educação do Campo, no município de Ariquemes- RO, e de contínuo estudo, demonstra-se que o direito à Saúde e, principalmente, à educação nunca foi direcionado para a emancipação, construindo assim ao longo de séculos o platô da dominação social do camponês.

Muito embora tenhamos evoluído no campo da educação, o Brasil ainda possui lacunas históricas de discriminações sociais alarmantes, principalmente aos povos do campo,

que, por mais de 500 anos eram subordinados pelos poderios latifundiários e políticos, submetidos assim a uma educação bancária e de péssima qualidade, aliada a condições de vida precária.

Mesmo considerando o avanço das políticas educacionais para os povos do campo, previstas pela LDB e as Diretrizes Operacionais de Educação Básica, muitas políticas públicas ainda são reparatórias e frágeis, apresentam-se camufladas às matrizes discriminatórias, que aumenta ainda mais o rizoma do estereótipo: *matuto da roça, jeca-tatu e caipira*, considerando o ensino oferecido ao campo rebaixado ao urbano.

Nesse sentido, os principais problemas enfrentados pelos sujeitos do Campo, no campo educacional, além do *preconceito*, são as condições físicas das escolas, falta de materiais pedagógicos e transporte escolar problemático. Além destes fatores que são inerentes ao acesso e permanência do educando na escola, a pesquisa também aponta para outros elementos que são extremamente cruciais para a completude da escola do campo enquanto instituição, como: currículos fragmentados que dicotomizam o campo da cidade, expressados como uma simples relação de poder sem oferecer o diálogo entre os saberes dos educandos e, principalmente, construído e analisado fora do seu contexto social, por profissionais alienados da realidade, currículo este, que é específico para cada escola do campo. O Projeto Político Pedagógico também é visto como apenas um documento formal, não condizente com a identidade do campo, construído por uma pseudogestão democrática, além de mencionar as escolas do campo como apenas extensão das escolas urbanas.

Os dados obtidos da pesquisa documental, além disso, comprovam a dificuldade em se obter uma boa qualidade no processo ensino-aprendizagem, principalmente, ligada à formação do professor e à aplicação de metodologias impróprias à realidade, além de sua rotatividade contínua por todas as escolas do campo, sem possuir um núcleo de ação educativa - na Escola do Campo - oferecendo assim apenas *serviços aos educandos*. Os estudos, referenciados na pesquisa, mostram a importância de uma comunidade socioeducativa: *escola e seus colaboradores (família, comunidade, Estado)* no exercício da cidadania e na formação humana integral do aluno - *física, emocional, moral, espiritual e social*. Dessa forma as ações desempenhadas principalmente pelos educadores podem auxiliar a desconstruir todo o processo de desumanização formado pela prática educacional e social enraizado por séculos: *jovens do Campo inferiorizados, jovens proibidos de ser, jovens descartados, jovens desestimulados de sonhar*. Construir um projeto educativo que tenha como alicerce a humanização de seres humanos, em que a participação de todos seja prioridade para realizar

um diagnóstico situacional, instituir grupos de trabalho, realizar avaliação participativa, criar projeto pedagógico condizente com a realidade da comunidade escolar, são fatores essenciais.

O que se constata da realidade da Educação do Campo – Ensino Médio – do município de Ariquemes: responsabilidade do Estado em parceria com escolas rurais do município; a falta da articulação de Políticas Educacionais pontuais e mais humanísticas para os jovens do campo, como: currículo voltado especificamente para a realidade de cada comunidade escolar, visto a diversidade etno-social de cada escola pólo; projeto político pedagógico diferenciado da escola credenciada, e não único para todas as escolas pólos, construído a partir de uma gestão realmente democrática; educadores, orientadores e supervisores permanentes para cada escola, possibilitando uma ação educativa eficiente; articulação de projetos que realmente atendam aos anseios dos jovens do campo, como a profissionalização; garantia de acesso ao ensino superior, com prática educativa mais humanística, ligada à cultura e arte; política de formação exclusiva para profissionais que realmente conheçam a realidade do campo; recursos exclusivamente destinados aos jovens destas escolas, como: livros específicos, laboratório de ciências e informática.

Nesse sentido ao analisar as políticas estabelecidas pelo governo, e o próprio projeto de educação do Estado para o Campo, é importante constatar o descaso existente para com a educação do campo, tanto em recursos humanos, materiais e principalmente o respeito com o camponês.

Considerando desta maneira, o pequeno avanço na conquista por direito ao acesso às etapas finais de educação básica para os jovens do campo, não se pode aceitar que tudo já foi feito e que somente políticas de acesso como a disponibilidade de vagas, sejam suficientes. Para isso, a investigação suscita a necessidade de construir ou reconstruir um projeto de sociedade voltado para a ética do ser humano, não para a ética do mercado. Não se pode considerar os povos do campo como “latas vazias, que vão se enchendo com depósitos técnicos” (FREIRE, 2000, p.11), estabelecendo a cada dia uma sociedade mais injusta, agressiva, violenta, incluindo passivamente uma educação neutra.

É necessário que a educação possua uma política voltada para a pedagogia do ser, pedagogia essa da emancipação e transformação humana. Utópico? Se fosse assim, os sem terra teriam continuado no conformismo, no discurso de que nada se constrói, vivendo num país ainda sem reforma agrária. O que não podemos é aceitar a realidade da educação do campo como está. Mudar é possível!

Referências

- ANTUNES, Celso. **Como desenvolver competências em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ARROYO, Miguel G; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. (Coleção Por uma Educação do Campo). Brasília: 1999.
- _____. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 6. ed. Vozes: 2011.
- _____. **Ofício do Mestre: Imagens e autoimagens**. 13. ed. Petrópolis: 2011.
- BOF, Alvana Maria (Org.). Carlos Eduardo Moreno Sampaio. **A educação no Brasil rural**. Brasília: INEP: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Dignitas Terrae: ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **Reflexão: a ética e a formação de valores na sociedade**. *Instituto ETHOS*, ano 4, n. 11, out, 2003.
- CALDART, Roseli Salete. **Concepção de Educação do Campo**. Coleção “Por uma Educação Básica do Campo”, Brasília, INCRA, MDA, n. 7, 2008. p. 6.
- CAMARGO, César da Silva; CECHETTI, Elcio; OLIVEIRA, Lílían Blanck (Orgs.). **Terra e Alteridade: pesquisas e práticas pedagógicas em Ensino Religioso**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2007.
- ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO RICARDO CANTANHEDE. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2010.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.
- HAGE. Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, abr. 2011.
- HERNÁNDEZ, Fernando: **Transgressão e mudança na educação: projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas, por uma educação do Campo**. Brasília: 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, 8).

LIMA FILHO, Antenor Martins de. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba: MEMVAVMEM, 2006.

MIRANDA, Sonia Guariza. GHEDINI, Cecília Maria; JANATA, Natacha Eugênia (Orgs). **Educação do Campo em movimento: Teoria e Prática Cotidiana**. v.2. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOLINA, Monica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES. **Secretaria Municipal de Saúde: Plano de Saneamento Básico – Diagnóstico da Área Rural**. 2009.

SAMPAIO, Dulce Moreira. **A pedagogia do Ser: educação dos sentimentos e dos valores humanos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVERINO, A. J. O projeto político-pedagógico: saída para a escola. **Revista da AEC**, Brasília, n.107, v. 27, 1998.

VIA CAMPESINA. **Educação do Campo: direitos de todos os camponeses e camponesas**. Brasil, 2006.